

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) DOMINGOS RODRIGUES DE SOUSA SOBRINHO

O CONTINENTE ANTÁRTICO:
INTERESSES E PERSPECTIVAS DO BRASIL E DA RÚSSIA

Rio de Janeiro

2015

CC (FN) DOMINGOS RODRIGUES DE SOUSA SOBRINHO

O CONTINENTE ANTÁRTICO:
INTERESSES E PERSPECTIVAS DO BRASIL E DA RÚSSIA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2015

RESUMO

O Continente Antártico é atualmente a última fronteira ao avanço e controle do homem, devido às suas severas condições meteorológicas. Seu vasto território é possuidor de inúmeras riquezas minerais e de água doce, bem que apresenta escassez em diversas áreas. Além disso, guarda características estratégicas e influencia diretamente no clima global, fatores que o fazem cobiçado e estudado por diversos países. A existência de uma relação conflituosa entre Estados sobre a soberania na região, decorrente de um viés realista, fez surgir o Tratado da Antártica e o Protocolo do Meio Ambiente de Madri, a fim de manter seu cunho internacional e de proteger o meio ambiente local. Inseridos em tal contexto, o Brasil e a Rússia desenvolvem seus programas antárticos de pesquisa científica, motivados por pensamentos geopolíticos individuais e por ações governamentais que buscam a preservação de seus interesses no campo externo. Enquanto o Brasil deseja se fazer presente de forma pacífica e cooperativa na comunidade científica atuante, para ter o direito de participar das decisões sobre a Antártica, devido à sua proximidade geográfica e influência estratégica e econômica; a Rússia se mostra mais agressiva e expansionista, voltada para a projeção de poder e de influência, buscando um *status* de potência internacional. Apesar das expressões dos dois países serem desbalanceadas e os interesses no continente gelado diversos, dadas as suas atuais condições econômicas e disponibilidade de recursos minerais, é factível que suas posições, voltadas para proteção e internacionalização locais, sejam mantidas nas futuras deliberações previstas para 2048, ocasião em que o Protocolo do Meio Ambiente de Madri deverá ser reavaliado por seus membros.

Palavras-chave: Antártica. Realismo Político. Geopolítica. Brasil. Rússia. Interesses. Perspectivas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	O CONTINENTE ANTÁRTICO.....	6
2.1	Características principais.....	6
2.2	Breve histórico.....	9
2.3	Considerações.....	13
3	O REALISMO POLÍTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	14
3.1	O Realismo Político.....	15
3.2	A Geopolítica brasileira.....	17
3.3	A Geopolítica russa.....	20
3.4	Considerações.....	23
4	O BRASIL, A RÚSSIA E SEUS PROGRAMAS ANTÁRTICOS.....	25
4.1	O Brasil.....	25
4.2	O Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.....	25
4.3	A Rússia.....	28
4.4	O Programa Antártico Russo.....	29
4.5	Considerações.....	33
5	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	38
	ANEXO.....	40
	APÊNDICE.....	41

1 INTRODUÇÃO

O Continente Antártico ou, simplesmente, Antártica, tem sido pauta de algumas discussões durante o último século. Vários países vêm demonstrando interesse em seu território, considerado como a última fronteira ao avanço do homem no planeta, a ponto de instalar estações e programar expedições em áreas de clima severo e inóspito.

Há poucas décadas, foram assinados acordos para regulamentar a utilização da região e evitar conflito de interesses. Em um futuro próximo, precisamente no ano de 2048, serão realizadas novas deliberações, que poderão alterar o aparente e atual ambiente de tranquilidade. Neste ínterim, dois grandes países estão envolvidos: o Brasil e a Rússia.

Por meio de pesquisa documental, em documentos escritos, e pesquisa bibliográfica, em publicações, esta monografia explora as óticas do Brasil e da Rússia sobre o Continente Antártico, à luz da teoria realista das relações internacionais, levantando os seguintes questionamentos: Qual a importância da Antártica? Quais os marcos jurídicos regulatórios para a região? Quais são os aspectos históricos e geopolíticos envolvidos? Quais os interesses do Brasil e da Rússia? Como ambos estão desenvolvendo seus programas antárticos? O tema é abordado com foco no período da década de 1970 até os dias atuais, pelo fato de haver a coexistência de ambos os programas antárticos. Não há, por parte do autor, a pretensão de esgotar o assunto, haja vista sua complexidade, principalmente, no que tange à gama de detalhes científicos e institucionais de cada país. A comparação entre o Brasil e a Rússia é inovadora, uma vez que os trabalhos anteriores consultados versam apenas sob o viés brasileiro, sem envolver, especificamente, a grande potência mundial.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos: Introdução; o Continente Antártico; o Realismo Político nas Relações Internacionais; o Brasil, a Rússia e seus Programas Antárticos; e Conclusão.

O Capítulo 2 versa sobre o Continente Antártico, evidenciando suas características principais e um breve histórico, a fim de demonstrar a importância da região.

O Capítulo 3 trata do Realismo Político nas Relações Internacionais, mencionando a verdadeira relação existente entre os Estados soberanos no sistema internacional e as visões geopolíticas do Brasil e da Rússia, buscando uma melhor compreensão sobre seus posicionamentos quanto à Antártica.

O Capítulo 4 aborda o Brasil, a Rússia e seus Programas Antárticos, tecendo considerações sobre os principais aspectos econômicos atuais, seus interesses e como seus programas estão sendo desenvolvidos, permitindo uma análise sucinta acerca do tema.

A Conclusão realiza a integração dos aspectos mais significativos levantados e apresenta as respostas aos questionamentos iniciais.

O trabalho se destina a aprofundar conhecimentos sobre o Programa Antártico Brasileiro em comparação com os de outros países, particularmente da Rússia. As diferenças observadas demonstram uma outra visão de futuro e refletem a divergência entre os interesses de importantes *players* internacionais.

2 O CONTINENTE ANTÁRTICO

A Terra executa seu movimento de rotação em torno de um eixo imaginário, cujas extremidades são denominadas Polo ártico ou norte e Polo antártico ou sul. O Polo ártico é uma região onde o oceano tem cerca de quatro mil metros de profundidade, composto por apenas uma calota de mar congelado com espessura próxima de dez metros, cercado por continentes de todos os lados e estreitas faixas de oceanos. O Polo antártico possui altitudes consideráveis e é constituído por um enorme bloco de terras emersas, coberto por espessa massa de gelo e cercado de oceanos livres por todos os lados (CASTRO, 1976).

Sobre o Polo ártico existe a Estrela Polar, visível a olho nu, que é a estrela alfa da Ursa Menor e guiava os navegantes da Antiguidade. Em grego, “Urso” significa *Arktikos*, e por conta disso, tal designação foi adotada para a região do extremo norte. Por simetria e por não conter a referida constelação, a região do extremo sul ficou conhecida como *Anti-Arktikos*. Dessa forma, após as derivações linguísticas, deu-se a origem dos atuais nomes das regiões ártica e antártica (CASTRO, 1976).

O enorme bloco de terras situado ao sul, pelas suas dimensões, foi considerado como o sexto continente do planeta. Atualmente, é a última fronteira ao avanço e controle total do homem. Devido ao fato de incorporar capacidades econômicas ainda pouco avaliadas, o Continente Antártico é considerado, potencialmente, um grande espaço de expansão produtiva para o futuro (CASTRO, 1976).

2.1 Características principais

Ao longo da evolução, o Continente Antártico derivou do norte para o sul durante milhões de anos. Por ter sido parte do supercontinente de Gondwana¹, possuiu florestas, animais

¹ É uma antiga massa de terra resultante da divisão de Pangeia e que deu origem à América do Sul, África, Austrália, Índia, Madagascar e Antártica (Cf. RABASSA; OLLIER, 2014, p. 61-62).

e uma gama de riquezas, da mesma maneira que os demais continentes, fato comprovado em recentes estudos (VIEIRA, 2006).

A área total da Antártica é da monta de 14 milhões de km², ou seja, comparativamente maior que a área do Canadá e cerca de 1,6 vez a área do Brasil. Dentre os continentes, é o mais acidentado, com altitude média de dois mil metros, e o mais seco do planeta, semelhante ao Deserto do Saara. Aproximadamente, 98% do continente é coberto por uma calota de gelo, com espessura média de dois mil metros. A acumulação de gelo em grandes extensões é gerada pela baixa precipitação, ausência de derretimento e temperatura extremamente baixa durante todo o ano (VIEIRA, 2006).

Por sobre a plataforma continental se estendem massas de gelo flutuantes denominadas “barreiras”. Dessas “barreiras” se desgarram enormes blocos de gelo chamados de *icebergs*. Os *icebergs* começam a vagar pelos mares e podem durar até dez anos, dependendo da sua composição e origem. Ao caírem no mar, emergem apenas cerca de 1/7 de sua altura total, constituindo-se como grandes perigos à navegação (CASTRO, 1976).

A flora antártica é pobre, pequena e deprimida. É constituída por fitoplânctons antárticos (microscópicas plantas flutuantes), diatomáceas (algas marrons) e dinoflagelados. A pobreza vegetal tem relação direta com os breves e insuficientes verões, com os ventos fortes e a quantidade de neve por eles transportada, e com a pouca disponibilidade de água na forma líquida. A sua fauna possui zooplânctons, moluscos (lulas), peixes antárticos, mamíferos marinhos, insetos terrestres, aves terrestres imigrantes e cetáceos (baleias). A maioria dos peixes antárticos é comestível. Devido às condições climáticas rigorosas, os animais terrestres são vistos com maior frequência nas épocas mais quentes (CASTRO, 1976).

Quanto aos recursos minerais, é possível que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio e mais outros 160 tipos de minérios de grande importância e valor comercial. Soma-se a essas riquezas a existência de 70% da água doce do planeta, contida na

imensa calota de gelo que cobre o continente e nos seus aproximados 150 lagos e rios subglaciares. Dentre os lagos, destaca-se o chamado *Vostok*, localizado próximo à Estação Russa de *Vostok*, que possui um volume estimado de 5.400 km³ de água doce. Esse volume de água lhe posiciona como maior lago subglaciar e sétimo maior lago em volume de água do planeta (CASTRO, 1976).

O clima antártico é o mais rigoroso clima existente na Terra, que resulta basicamente das relações astronômicas entre o Sol e a Terra, da distribuição de seus territórios e águas nas altas latitudes no hemisfério sul, bem como da topografia do continente. Na região é possível observar, a olho nu, os fenômenos da aurora ocorridos na ionosfera, sob a forma de grandes fochos de luzes brancas, verdes e roxas através do firmamento noturno (CASTRO, 1976). Na Antártica, as temperaturas variam de -60°C no inverno a -30°C no verão. A mais baixa temperatura registrada foi de -89,2°C, na Estação Russa de *Vostok* em 1983 (MATTOS, 2014). O continente tem grande importância na determinação do clima no hemisfério sul e no condicionamento do clima global. Da Antártica partem as massas de ar de alta pressão (frias) que vão em direção ao Equador, desestabilizando os sistemas de baixa pressão (quentes). Assim, surgem as “frentes frias”, responsáveis pela ocorrência de chuvas de verão e pelo frio de inverno na América do Sul (VIEIRA, 2006).

O Oceano Circumpolar Antártico possui uma das maiores e mais velozes correntes oceânicas da Terra, chamada de Corrente Circumpolar Antártica (CCA). Ela percorre a faixa próxima da latitude 60° S, realiza troca térmica na atmosfera e absorve dióxido de carbono (gás carbônico). O gás carbônico dissolvido na água do mar favorece a proliferação de plânctons e algas, aumenta a população de crustáceos, e influencia na migração de pinguins, de aves e de grandes cetáceos. As águas periféricas ao continente gelado se constituem como importantes rotas de navegação, uma vez que promovem a ligação entre os principais e maiores oceanos do planeta (CASTRO, 1976).

2.2 Breve histórico

Pelo fato de não haver povos nativos da Antártica, a sua história se confunde com a própria história da sua exploração. Oficialmente, é difícil dizer quem foi o explorador que encontrou o continente, uma vez que, ao longo dos anos, várias expedições foram realizadas pelos mais diversos países (VIEIRA, 2006).

As primeiras viagens documentadas às águas antárticas ocorreram no século XVI, após a necessidade da descoberta de novas rotas marítimas para as Índias. Portugueses, espanhóis e britânicos navegaram pelo Atlântico Sul e descobriram terras austrais e estreitos, merecendo destaque os atuais Estreitos de Magalhães e de Drake (CASTRO, 1976).

A partir do século XVIII, as expedições descobridoras cederam lugar às expedições científicas, de cunho estratégico. França e Reino Unido assumiram os principais papéis como rivais, visando a exploração dos mares austrais (CASTRO, 1976).

No século XIX, as potências europeias se voltaram para a África, na busca de novas colônias para o fornecimento de matérias-primas e de mercados consumidores, de modo a atender à expansão decorrente da Revolução Industrial. Estados Unidos da América (EUA) e Rússia entraram em cena, avançando nas regiões árticas e chegando às regiões antárticas. Naquele século, a Antártica já havia sido atingida em diversos pontos e por vários exploradores de diferentes nacionalidades, o que fez surgir a ideia de se estudar as regiões polares no âmbito da cooperação internacional, de onde nasceu o Ano Polar Internacional (1882-1883) (CASTRO, 1976).

O Ano Polar Internacional de 1882-1883 teve a adesão de doze Estados: Império Austro-Húngaro, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Países Baixos, Noruega, Rússia, Suécia, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos da América. Doze expedições no Ártico e duas na Antártica, por um período de treze meses, realizaram levantamentos que ampliaram a base de dados e possibilitaram uma valiosa interpretação para toda a comunidade científica. Os

resultados permitem, ainda hoje, uma comparação e compreensão da variabilidade climática e das mudanças ambientais ocorridas (BARR; LÜDECKE, 2010).

Nos anos de 1901 a 1904 foram realizadas expedições alemãs e britânicas no Continente Antártico para a obtenção de dados meteorológicos e magnéticos. A ideia das expedições e suas definições surgiram no VII Congresso Internacional Geográfico, ocorrido em Berlim, e materializaram as necessidades levantadas por órgãos dos dois países, inspirados nos resultados positivos do Ano Polar Internacional. Nas expedições foram utilizados um grande número de meios e obtidos milhares de dados, além de terem sido utilizados na Antártica, pela primeira vez, balões de reconhecimento. Tais expedições conjuntas foram mais um marco importante na colaboração científica internacional em prol do continente gelado (BARR; LÜDECKE, 2010).

O início do século XX marcou as explorações interiores e a presença humana em partes consideradas remotas e inacessíveis do globo terrestre. No final de 1911, o norueguês Roald Amundsen alcançou, pela primeira vez, o Polo sul geográfico (VIEIRA, 2006).

As décadas de 1920 e de 1930 foram marcadas por lutas de influência e de soberania na Antártica. Sete países chegaram a declarar soberania na região: Argentina, Chile, Grã-Bretanha, França, Noruega, Austrália e Nova Zelândia (VIEIRA, 2006).

Em 1932-1933 foi realizado o Segundo Ano Polar Internacional. Cinquenta anos após o primeiro, o evento teve uma programação voltada para a obtenção de dados, com vistas a melhorar a previsão do tempo, o transporte aéreo, marítimo e terrestre, bem como sobre a propagação eletromagnética para a utilização dos meios de comunicação. Quarenta e cinco países participaram e sessenta expedições foram organizadas. A compilação e análise dos dados obtidos foi restringida, tanto pela situação econômica como pelo clima de beligerância mundial da época (BARR; LÜDECKE, 2010).

A Antártica também foi palco de alguns episódios militares durante a Segunda Guerra Mundial, envolvendo ataques de submarinos alemães a cargueiros aliados, e antecipou disputas entre a Argentina e Grã-Bretanha sobre partes do território (VIEIRA, 2006).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Continente Antártico ganhou dimensão renovada e se iniciou um intenso processo de instalação de bases voltadas para projetos científicos. No período chamado de Guerra Fria, sobressaíram os Estados Unidos da América e a Rússia (VIEIRA, 2006).

Em 1957-1958 ocorreu o Ano Geofísico Internacional, ou Terceiro Ano Polar Internacional. O seu planejamento e preparação ocorreu nos sete anos anteriores, tendo como marco significativo a Conferência Antártica de Paris de 1955. Milhares de cientistas de 67 países participaram da colaboração internacional, com o propósito de expandir o conhecimento sobre a Terra e o Espaço. Dentre todos os assuntos estudados a nível mundial, a Antártica foi um dos locais mais problemáticos para o programa de pesquisa global do Ano Geofísico Internacional. Por um lado, sob a ótica geopolítica, era um continente dividido, devido à existência de territórios contestados e, por outro, sob a visão geofísica, era um sistema plenamente conectado com todo o planeta, independente das pretensões de cada país (BARR; LÜDECKE, 2010).

A solução para conciliar geopolítica e geofísica foi a Conferência de Washington de 1959, que resultou no Tratado da Antártica, assinado por doze países, dentre os quais a Rússia, que participaram do Ano Geofísico Internacional. Pelo tratado, houve um entendimento comum de que as bases de pesquisa existentes até então deveriam ser desativadas, porém com a recusa da Rússia, abriu-se precedente para mantê-las e, inclusive, ampliá-las (VIEIRA, 2006).

Essas bases sempre tiveram mais conotação política que científica. O tratado tomou a forma de “clube fechado”, com reuniões bienais e necessidade de unanimidade para a aprovação das decisões. O tratado entrou em vigor em 1961, quando todos os signatários

depositaram os instrumentos de ratificação. Em seus termos, voltados para a liberdade de exploração científica em regime de cooperação internacional, era vedado qualquer tipo de atividade militar, explosões nucleares e lançamento de lixo radioativo (BRADY, 2013).

Com o passar do tempo, foram realizadas algumas adesões ao Tratado da Antártica, que chegaram a um total de 40 Estados. É digno de nota que os membros do tratado são classificados em “partes consultivas” e “não-consultivas”. A diferença de *status* reside no fato de participar das decisões tomadas nos encontros realizados. O Tratado da Antártica, em 2015, possuía 52 membros, sendo 29 classificados como partes consultivas. O Brasil realizou a sua adesão em 1975 e obteve o direito como parte consultiva em 1983 (SECRETARIADO DO TRATADO DA ANTÁRTICA, 2011).

Em 1991, trinta anos após a ratificação do Tratado da Antártica, os países membros se reuniram na Conferência de Madri, assinando o Protocolo do Meio Ambiente. Este protocolo entrou em vigor em 1998, após a ratificação de todos os membros, e postergou por mais 50 anos, ou seja, para 2048, a discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica. A necessidade de unanimidade para as decisões foi abolida e o *status* de não-exploração poderá ser alterado por maioria simples. O Protocolo do Meio Ambiente de Madri, até o momento, possui 37 Estados-Parte (SECRETARIADO DO TRATADO DA ANTÁRTICA, 2011).

O Quarto Ano Polar Internacional foi realizado em 2007-2008, reforçando o processo de cooperação científica. Ao seu término, observou-se um crescente número de estações logísticas e de sua pesquisa, legitimando e fortalecendo o paradigma científico-ambiental.

Hoje, o Continente Antártico conta com 64 bases de pesquisa, dentre as quais 40 permanentes, instaladas por 30 países diferentes. O efetivo total de pessoas nas bases varia de 1.000, durante o inverno, a 4.000, durante o verão. Além disso, é realizado turismo na região

com navios de passageiros e aviões. No período de 2007-2008, o número total de visitantes chegou a cerca de 46.000 (SECRETARIADO DO TRATADO DA ANTÁRTICA, 2011).

2.3 Considerações

A Antártica é um grande território, haja vista as dimensões continentais apresentadas. A evolução do planeta permitiu ao continente que desfrutasse, em eras remotas, de características semelhantes aos demais e, em um período mais recente, rendeu a ele aspectos singulares.

Nos dias de hoje, a região é a última fronteira ao avanço e controle do homem na Terra. Isso ocorre por conta das dificuldades impostas pelas suas condições meteorológicas, que são resumidamente severas, constantes e inóspitas. Apesar de tudo, recentes estudos evidenciam inúmeras riquezas no ambiente antártico, que vão de abundantes jazidas de minerais de alto valor comercial a grandes reservas de água potável, bem que já apresenta escassez mundial.

Pelo viés histórico, o continente gelado sempre foi cobiçado pelas grandes potências da época. Diversas expedições foram realizadas, no intuito de explorar ou dominar tais territórios, o que revela seu caráter estratégico. Atualmente, existe um clima de entendimento e cooperação entre os países, fruto do Tratado da Antártica e do Protocolo do Meio Ambiente de Madri, este último com vigência até 2048.

Demonstrada a importância do Continente Antártico, pelas suas características e pelo seu histórico, o próximo capítulo pretende expor a relação entre Estados soberanos no plano internacional e os aspectos geopolíticos relevantes do Brasil e da Rússia, buscando uma melhor compreensão sobre seus posicionamentos quanto à região.

3 O REALISMO POLÍTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais sempre existiram ao longo da história da humanidade. Apesar disso, o seu estudo é recente e surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na tentativa de entender as causas das guerras e saber como preveni-las, enfatizando questões de segurança e cooperação entre os Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Nesse campo de conhecimento são consideradas algumas teorias e modelos ou paradigmas que servem para definir e explicar o mundo em que vivemos, que são o realismo político, o idealismo, a dependência e a interdependência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O paradigma do realismo político foca as relações interestatais de forma conflitiva, baseada na força e na defesa dos interesses nacionais. O modelo idealista é voltado para princípios éticos e morais, compreendendo uma sociedade integrada e gestora da paz. O paradigma da dependência diz respeito a uma relação de dominação e desigualdade, com Estados centrais (desenvolvidos e imperialistas) e periféricos (subdesenvolvidos e explorados). O modelo da interdependência considera como atores, além dos Estados, a força das empresas transnacionais e as crescentes interações entre sociedades, que escapem do controle dos governos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

É inegável que o realismo político se impõe como visão de mundo dominante, dada a diversidade e riqueza de exemplos históricos, princípios básicos e pensadores. Por essa razão, seus conceitos serão priorizados na análise e desenvolvimento do assunto em tela (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Além disso, serão abordados aspectos geopolíticos do Brasil e da Rússia, a fim de se compreender suas posturas como atores do cenário internacional.

3.1 O Realismo Político

Conforme mencionado, diversos autores trataram do realismo. O primeiro autor a tratar da guerra como assunto central das relações internacionais foi Tucídides (471 a.C.-400 a.C.), que, utilizando as estratégias militares da Guerra do Peloponeso, mencionou a existência de uma anarquia internacional e o correlato medo de não sobreviver (SARFATI, 2005).

Outro autor foi Nicolau Maquiavel (1469-1527), que relatou a ênfase na sobrevivência do Estado para que o príncipe mantivesse sua relevância. No mundo real, as relações entre as Cidades-Estados eram desprovidas de qualquer caráter moral ou ético. A moralidade orientava as ações do indivíduo, mas não se aplicava às ações do príncipe (SARFATI, 2005).

Para Thomas Hobbes (1588-1679) existia um estado de natureza, em que não havia um soberano com monopólio do uso da força nas relações internacionais. A impossibilidade de estabelecer um Leviatã² no plano internacional tornou a anarquia uma característica definitiva das relações internacionais (BEDIN *et al.*, 2004).

Na ótica desses autores, existe uma visão negativa do ser humano. Algumas características, como modo, prestígio e ambição, afloram como determinantes de sua natureza e dão origem ao interesse nacional, decorrente de sua conjugação. Como premissas comuns dos Estados estão a centralidade, o poder para garantir sua sobrevivência e a anarquia internacional. No fim de tudo, o que interessa é a distribuição de poder entre os Estados (BEDIN *et al.*, 2004).

O Estado é tido como autor central das relações internacionais, mantendo a paz dentro de suas fronteiras e proporcionando a segurança de seus cidadãos contra agressões externas. Max Weber (1864-1920) chamou de “paz interna” o monopólio de uso legítimo da força, recurso que não existe externamente. Assim sendo, o Estado convive com duas realidades: uma interna, em que é soberano e tem autoridade e legitimidade para impor decisões

² Monstro do caos, na mitologia fenícia, identificado na Bíblia, como um animal aquático ou réptil (Cf. FERREIRA, 2010, p. 1259).

e diretrizes, e outra externa, em que inexistente autoridade com legitimidade para tomar e impor decisões, devendo apenas preservar seus interesses e permanecer como ator internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

É conveniente salientar que, a anarquia internacional não é um estado de caos, mas sim a inexistência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível para ditar regras, interpretá-las, implementá-las e punir quem não as obedece. Esse estado de natureza tem como consequência uma desconfiança permanente entre todos, a sobrevivência como único objetivo possível e a segurança como um bem de “soma zero”, ou seja, a segurança de um só pode ser atingida com a falta de segurança dos outros. A cooperação nas relações internacionais é possível, sendo certo que há um custo e pode ser difícil, mas o ganho pode ser muito maior para ambas as partes. Não cooperar reduz o custo, mas também reduz o ganho (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A sobrevivência do Estado é o interesse nacional supremo e fundamental ao qual se submetem todos os demais interesses. Em decorrência da sobrevivência do Estado, segue-se a sobrevivência do indivíduo. Maquiavel e Weber afirmaram que existem duas éticas distintas, a da convicção e a da responsabilidade, sendo esta última livre de limitações morais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O poder é a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos, que pode ser relativizada em comparação com os Estados com os quais compete. Hans Morgenthau (1904-1980) afirmou que os Estados procuram o poder visando à manutenção do *status quo* à expansão ou ao prestígio. Surge então a balança ou equilíbrio de poder, cuja existência se faz necessária como mecanismo de garantia da estabilidade do sistema internacional. Fruto disso, a distribuição de poder pode ocorrer de duas formas, bipolar ou multipolar. Na bipolar apenas duas potências dominam o sistema

internacional e, na multipolar, mais de duas potências dominam o sistema internacional. Não há consenso sobre qual tipo de distribuição é mais estável (SARFATI, 2005).

Nas relações internacionais existe um princípio cardinal do realismo que é a “Autoajuda”, ou seja, nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência, só contando de maneira integral e completa com suas próprias capacidades para permanecer como ator internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Com o tempo, várias críticas surgiram ao realismo, com destaque para a incapacidade de prever e explicar a queda da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bem como sua inadaptação para lidar com o mundo pós-Guerra Fria. Novos assuntos como a globalização, o surgimento de novos atores e o fim eventual dos conflitos pareciam esvaziar o realismo, porém não foram considerados o rigor do pensamento realista nem a dinâmica das relações internacionais. Múltiplos conflitos apareceram, e ganhou força o conceito de diplomacia para atingir objetivos, juntamente com o poder dos Estados. A diplomacia só é efetiva quando é adequadamente apoiada pela força ou, pelo menos, pela ameaça credível do uso de força (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Conforme demonstrado, a evolução do realismo passou por dilemas e desafios, porém ele continua dominante e influente, pela riqueza e diversidade aliada à sua adaptabilidade às necessidades políticas contemporâneas.

3.2 A geopolítica brasileira

O pensamento geopolítico brasileiro, em sua trajetória, pode ser dividido em cinco fases: a primeira, entre 1920 e 1930, marcada pelos ideais de Everardo Adolpho Backheuser e de Mário Travassos; a segunda, vigente durante a Segunda Guerra Mundial, que além dos dois citados, incluiu Carlos Miguel Delgado de Carvalho; a terceira, materializada pelo período de criação da Escola Superior de Guerra (ESG, em 1949), utilizando as ideias de Golbery do Couto

e Silva; a quarta, durante os governos militares pós-64, balizados por Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro; e, a quinta, contemplada pelas décadas de 1980 e 1990, posteriores à adesão ao Tratado da Antártica (1975) (MATTOS, 2015).

O professor Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951) teve especial atenção com as fronteiras, no intuito de minimizar a possibilidade de desagregação político-territorial do Brasil. Na época, suas ideias foram tão bem recebidas que surgiram Territórios Federais em várias regiões fronteiriças como Fernando de Noronha, Amapá, Roraima, Rondônia, Ponta-Porã e Foz do Iguaçu. Ele criticou o federalismo, propondo uma nova redistribuição espacial desvinculada de limites naturais, objetivando a redução do peso político das oligarquias regionais e o aumento da força política do poder central. Defendeu a mudança da capital federal para uma região central do país, a fim de promover a integração nacional e proteger o centro de poder de ataques externos (MATTOS, 2015; MIYAMOTO, 1981).

O Marechal Mário Travassos (1891-1973) idealizou uma ampla integração entre as redes de transportes e o acesso viário dos portos brasileiros do sul e sudeste ao Oceano Pacífico, interligando áreas produtivas e países vizinhos (Paraguai e Bolívia). Com essa manobra, a Argentina teria seu protagonismo esvaziado no escoamento da produção agrícola da bacia dos rios Paraguai, Uruguai e Paraná. Ele considerou a região da Bolívia como um potencial motivo de conflito entre Argentina e Brasil, e chamou o triângulo boliviano “Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra” de pivô geográfico sul-americano. Também foi um defensor da interiorização política, econômica e demográfica (MATTOS, 2015; MIYAMOTO, 1981).

O professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980) foi uma referência nos estudos de geografia. Apresentou trabalhos com ideias geopolíticas juntamente com sua aluna Therezinha de Castro. Em seus livros manifestou preocupações com o Brasil, que estava assumindo uma nova postura no cenário internacional, da qual decorreriam pesadas responsabilidades. Além disso, mencionou a celebração do Tratado da Antártica e incentivou o

interesse pelo assunto, citando a Teoria da Defrontação. Ele teve grande importância no que diz respeito à integração territorial do país e no despertar de um protagonismo brasileiro no cenário internacional (MATTOS, 2015).

O General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) demonstrou a necessidade de desenvolvimento do Brasil, reconhecendo a condição de país subdesenvolvido. Alguns de seus famosos conceitos foram inseridos na ESG, tais como estratégia nacional, hipóteses de guerra, avaliação estratégica da conjuntura nacional/internacional, e objetivos nacionais permanentes. Na ocasião, o conceito de áreas estratégicas se amoldou à Antártica, como sendo uma zona geopolítica de maior sensibilidade, devido às suas características e recursos existentes. Em suas obras, deixou claro como grande desvantagem do Brasil a quase completa dependência do petróleo estrangeiro, fato que na década de 1970 contribuiu sobremaneira para a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica. Além disso, inseriu a Antártica como parte da retaguarda vital de todo o mundo do ocidente (MATTOS, 2015).

A professora Therezinha de Castro (1930-2000) foi a grande defensora da presença brasileira na Antártica, com a sua Teoria da Defrontação³. Tal teoria beneficiaria não só o Brasil, mas também Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai. Ela sempre foi muito incisiva com relação ao assunto “Antártica” e escreveu um livro que se tornou referência obrigatória sobre o tema, apresentando concepções geopolíticas, teorias, histórico de atividades estrangeiras e respectivas reivindicações, bem como levantamentos de riquezas locais. Sua doutrina teve muita influência na ESG e demais Escolas de Estado-Maior (MATTOS, 2015).

O General Carlos de Meira Mattos (1913-2007) exerceu diversos cargos de importância e publicou mais de dez obras sobre pensamento estratégico. Ele pensou o futuro do Brasil e sua projeção mundial, destacando o entorno estratégico que incluiu a costa africana e citando a adesão ao Tratado da Antártica, bem como as vitoriosas ideias da professora

³ É a divisão do território com base nos meridianos, conforme o esquema apresentado no Anexo A deste trabalho (Cf. CASTRO, 1976).

Therezinha de Castro, quanto à necessidade de presença brasileira naquele continente. Suas ideias de projeção no continente africano podem ter influenciado a presença na Antártica, considerando a busca de um país com voz ativa no cenário internacional (MATTOS, 2015).

Os pensadores geopolíticos brasileiros evidenciaram uma projeção de um Brasil grandioso, desenvolvido e com lugar de destaque no plano externo. Em um primeiro momento foi dada atenção à manutenção e ao progresso do espaço intrafronteiras e, posteriormente, à expansão no campo externo. A maioria não teceu maiores detalhes sobre a Antártica, papel que coube, inquestionavelmente, à professora Therezinha de Castro.

Nos últimos trinta anos, não houve nenhuma evolução significativa em termos de pensamento geopolítico. Apenas ocorreram ações relativas ao interesse na presença e pesquisa no continente gelado, além da participação no Protocolo do Meio Ambiente (Madri) e a previsão da Antártica como entorno estratégico na atual Política Nacional de Defesa (PND, 2013)(MATTOS, 2014). A atuação do Brasil no plano externo é baseada no texto constitucional vigente, em que são definidos os princípios⁴ que regem as relações internacionais do país (Art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

3.3 A geopolítica russa

Na história moderna, um dos sucessores do Império Romano foi o Império Russo, que valorizou o autoritarismo, a hierarquia e o comunitarismo, concebendo o movimento do “Eurasianismo”. Esse movimento, do final do século XIX, defendia a identidade russa como sendo não europeia e constituindo um continente próprio, a Eurásia. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a posterior bipolaridade do sistema internacional, a ex-URSS procurou manter e conquistar novos espaços de influência, a partir de sua ideologia. A extinção da antiga

⁴ Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político (Cf. BRASIL, 1988).

URSS, na década de 1990, e o conseqüente fim da Guerra Fria causaram um forte impacto sobre as convicções russas, devido ao fracasso de sua realidade defendida por séculos, gerando transformações em sua identidade histórica. Na segunda metade da década de 1990, pretendendo voltar a ser reconhecida como uma grande potência e na busca de um equilíbrio geopolítico, surgiram na Rússia sinais dos antigos ideais do Eurasianismo, que se tornaram realidade com Vladimir Putin na presidência (TEIXEIRA, 2009).

A Rússia sempre foi um ator importante e diferenciado do sistema internacional, por seu conhecido espaço de influência, que sofreu um duro golpe, tanto geográfico quanto político. Buscando uma solução foi criada a Comunidade de Estados Independentes (CEI), com vistas a obter coordenação política, econômica e militar, bem como garantir os princípios de independência e integridade territorial para si e demais componentes. Não obstante tal esforço, as diversidades intrínsecas dos povos e suas regiões geraram quatro tipos de conflitos geopolíticos, que são: conflitos étnicos; conflitos pelo controle dos recursos energéticos e econômicos; conflitos de violação dos direitos humanos; e conflitos por problemas de fronteiras com a presença de imigrantes ilegais e traficantes de drogas/armas (TEIXEIRA, 2009).

Esse novo panorama demonstrou que o renascimento do pensamento russo dependeu da definição de sua identidade nacional com valores comuns para a região. Dessa forma, torna-se imprescindível analisar as escolas mais importantes nos anos de transição e na atualidade (TEIXEIRA, 2009).

Durante os anos de transição, as escolas dominantes foram a “internacionalista-idealista, a “realista” e a “expansionista-revolucionária”.

No internacionalismo-idealista, o mote foi que a cooperação era a única maneira possível de garantir a segurança nacional. Os idealistas acreditavam que os perigos estavam no interior do país, pregando o determinismo econômico e universalidade dos valores

democráticos, com as políticas externas assumindo uma linha de integração e dependência da Europa Ocidental e Estados Unidos da América (TEIXEIRA, 2009).

O realismo russo teve grande influência do pensamento pré-soviético e defendeu o poder como instrumento de controle e dominação dos conflitos, bem como a centralização dos investimentos para aumentar suas capacidades e equilibrar a balança de poder internacional. O ambiente externo foi visto como hostil, devendo ser criada uma reunião com as Repúblicas Independentes em oposição ao Ocidente e aos EUA. Houve preocupação com suas fronteiras do sul e do leste, e entenderam como menos danoso uma aliança com a China e uma cooperação com o Irã, em comparação a uma influência do Ocidente e dos EUA (TEIXEIRA, 2009).

Na visão expansionista-revolucionária, a expansão externa foi tida como o caminho para garantir a segurança. A tendência do sistema mundial era permanecer bipolar, motivado pelo confronto entre o Eurasianismo e o Atlantismo⁵. A Rússia era detentora de uma posição geopolítica ímpar e deveria ser defendida ante um mundo anárquico e competitivo (TEIXEIRA, 2009).

Atualmente, existem apenas duas escolas de pensamento geopolítico russo: os “internacionalistas-liberais ou ocidentalizadores” e os “eurasianistas ou expansionistas”. Após suplantar a grande crise dos anos de transição, a Rússia procurou retomar uma posição de destaque no cenário político e estratégico mundial (TEIXEIRA, 2009).

A escola ocidentalista prega que o papel histórico central da Rússia no espaço eurasiático deixou de existir e que deve reconhecer o papel predominante dos EUA, ajustando sua política interna e externa para solucionar os graves problemas étnicos, econômicos, políticos e territoriais, desenvolvendo uma identidade puramente europeia. Este posicionamento tem origem na Escola Internacionalista-Idealista e é representado por Dmitri Trenin (TEIXEIRA, 2009).

⁵ Cultura marítima, personificada nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, que defende a prioridade do individualismo, do liberalismo e da democracia protestante (Cf. SANTOS, 2008).

A escola expansionista tem como principal defensor Alexander Dugin, seguido por Zbigniew Brzezinski. Nesse pensamento, a Rússia tem que ser o centro da Eurásia e controlar o mundo. Os Estados-Nação estão sendo transformados em Estados-Globais, ou seja, um sistema governamental planetário com um único sistema econômico-administrativo. É um erro pensar que todos, com suas classes sociais distintas e modelos econômicos próprios, cooperarão com esse sistema. O Eurasianismo do século XXI ou Neo-Eurasianismo sugere um planeta multipolar, com áreas autônomas, que não são Estados-Nação, mas uma coalizão de Estados, denominados como “Impérios Democráticos”, de grande entrosamento entre governantes. Há o convencimento de que o sistema mundial voltará a ter competição entre Estados continentais e Estados marítimos. Esse pensamento é o que mais se alinha à política russa desse início de século, devido ao trato dispensado pelo governo russo às atuais questões internas e externas.

Na busca de uma definição da identidade nacional russa, o modelo geopolítico expansionista resgata e atualiza a concepção de Eurasianismo ao novo cenário internacional, combatendo a globalização e o sistema unipolar dos EUA (TEIXEIRA, 2009).

A Rússia está de volta ao jogo internacional e deseja reencontrar os seus grandes momentos de glória. A geopolítica do início do século XXI se apresenta da mesma maneira que a geopolítica do poder do início do século XX, pelo menos para os russos.

3.4 Considerações

Os Estados sempre mantiveram relações entre si. Há cerca de um século, começou-se a estudar esse envolvimento, a fim de priorizar a segurança e cooperação, bem como minimizar a ocorrência das guerras e seus flagelos.

O realismo político se mostrou como dominante nas relações, conjugando centralidade, poder para garantir a sobrevivência e anarquia internacional. Em paralelo,

desenvolveram-se as teorias geopolíticas dos Estados, que traduzem o uso das características de cada um em apoio à política, na busca dos interesses nacionais.

Dentro do contexto realista, foram analisadas as teorias geopolíticas do Brasil e da Rússia, atores diretamente envolvidos com o tema em questão. Sob este viés, o Brasil mostrou-se mais pacífico e sem pretensões expansionistas, fruto de seu contexto histórico e de sua legislação vigente. A Rússia apresentou maior agressividade, em decorrência de seu recente passado beligerante, e focada em manter seu ímpeto na obtenção de poder e influência como distinto e relevante ator internacional.

Após uma melhor compreensão sobre os posicionamentos do Brasil e da Rússia em um sistema realista, no próximo capítulo serão explorados os principais aspectos econômicos, os interesses e os programas antárticos de cada um destes *players*, permitindo uma análise sucinta acerca do tema.

4 O BRASIL, A RÚSSIA E SEUS PROGRAMAS ANTÁRTICOS

4.1 O Brasil

O Brasil é um país que persegue o crescimento industrial e agrícola, além do desenvolvimento de seu interior. Ao explorar seus vastos recursos naturais e força de trabalho, tornou-se uma potência econômica na América do Sul e, também, líder regional (CIA, 2015; IBGE, 2014).

Sobre sua geografia, possui área total de 8.515.770 km², sendo o maior país do Hemisfério Sul, além de ser o quinto maior do planeta. Possui como principais recursos naturais bauxita, ouro, ferro, manganês, níquel, platina, urânio e petróleo. No que tange aos recursos hídricos, é o país com maior reserva de água doce, destacando-se em sua composição a Bacia Amazônica (CIA, 2015; IBGE, 2014). Quanto ao petróleo, possui hoje reservas provadas de 2,3 bilhões de toneladas, sendo o 14º colocado geral (BRITISH PETROLEUM COMPANY, 2015).

A população brasileira é da ordem de 202 milhões de pessoas, a sexta maior do mundo. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é o oitavo do planeta. Na economia mundial, é o 24º em exportação (merecendo destaque os equipamentos de transporte, ferro, soja, calçados, café e automóveis) e o 23º em importações (ressaltando os maquinários, produtos químicos, óleo, peças automotivas e eletrônicos). Em termos de produção mundial de energia, é o décimo em energia elétrica, o 11º em óleo cru (petróleo), o nono em produtos derivados do petróleo e o 32º em gás natural (CIA, 2015; IBGE, 2014).

4.2 O Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR

O programa brasileiro foi iniciado em 1982, após a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica. O interesse e a motivação pelo Continente Antártico por parte do Brasil surgiram

pela proximidade com a região, pelas influências ocasionadas por seus fenômenos naturais, devido às motivações estratégicas, geopolíticas e econômicas, além da crise do petróleo ocorrida na década de 1970 (MARINHA DO BRASIL, 2015).

O PROANTAR é um programa da Marinha do Brasil (MB), sob responsabilidade da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), que tem a atribuição de planejar e executar as atividades logísticas e científicas no ambiente distante e inóspito da Antártica, sempre privilegiando as questões ambientais. Atualmente, são mantidos dois navios da MB em apoio, o Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Ary Rongel” e o Navio Polar (NP) “Almirante Maximiano”, ambos adaptados para navegação em águas geladas, e uma estação de pesquisa permanentemente guarnecida no Continente Antártico, a Estação Antártica “Comandante Ferraz” (EACF) (MARINHA DO BRASIL, 2015).

Em seu histórico, tem-se que, em dezembro de 1982, o NApOc “Barão de Teffé” foi à Antártica pela primeira vez, a fim de efetuar reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico da região, bem como selecionar o local onde seria instalada a futura estação brasileira. O sucesso dessa operação resultou no reconhecimento internacional de nossa presença e permitiu, em 1983, a aceitação do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártica. Em 1984, foi instalada a EACF na Península de Keller, Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Ilhas Shetlands do Sul. O nome da estação é uma homenagem ao Capitão de Fragata Luís Antônio de Carvalho Ferraz (1940-1982), Oficial da MB de grande conhecimento em oceanografia, significativa experiência em áreas geladas, que tomou parte da comissão de inspeção a navios de pesquisa polar e foi membro da subcomissão encarregada de elaborar o projeto do Programa Antártico Brasileiro. Inicialmente, a estação possuía oito módulos e foi guarnecida por doze homens durante 32 dias de verão, sendo desativada até a operação seguinte. Aos poucos, a EACF foi sofrendo ampliação até atingir 33 módulos em sua composição. A partir de 1986, iniciou-se sua ocupação permanente, representando o ápice de um esforço

contínuo e progressivo da MB e do governo brasileiro. Com relação aos meios navais, o apoio inicial foi prestado pelo NApOc “Barão de Teffé”, da MB, e pelo Navio Oceanográfico (NOc) “Professor Wladimir Besnard”, da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, houve a participação do NOc “Almirante Câmara”. Em meados da década de 1990, fruto da maior necessidade de transporte de cientistas, a MB adquiriu o NApOc “Ary Rongel”, que substituiu o NApOc “Barão de Teffé”, permitindo operação com helicóptero de pequeno porte, o incremento de transporte de carga e a operação de laboratórios a bordo. Em 2009, foi incorporado um segundo navio voltado para as operações antárticas, o NP “Almirante Maximiano”. Esse navio possui hangar para dois helicópteros e opera com cinco laboratórios, além de possuir acomodações para 106 pessoas (sendo 2/3 para cientistas) e contar com importantes e modernos recursos de navegação (MARINHA DO BRASIL, 2015).

A partir de 2008, a Força Aérea Brasileira começou a apoiar o PROANTAR com dez voos anuais para a região antártica. Essa participação proporcionou suporte essencial de transporte, conferindo flexibilidade ao planejamento logístico e às atividades científicas desenvolvidas pelos pesquisadores. Em 2012, a estação brasileira passou por um incêndio que custou a vida de dois militares e afetou cerca de 70% das suas instalações. Apesar dos danos sofridos, as pesquisas prosseguiram com os recursos disponíveis, dois navios da MB e laboratórios que não foram destruídos. A estação foi reestabelecida com a instalação de 45 módulos antárticos emergenciais que interligam todas as instalações, sendo permitida a realocação de módulos e a flexibilidade de *layout*. Atualmente, possui capacidade de acomodar 66 pessoas, até a construção do projeto da nova EACF (MARINHA DO BRASIL, 2015).

O PROANTAR tem contribuído de maneira inquestionável para o desenvolvimento da ciência. Ao longo de 33 anos de existência, permitiu a formação de dezenas de cientistas e de um vasto acervo de estudos em diversas áreas, com média anual de vinte projetos em oceanografia, biologia marinha, glaciologia, geologia, meteorologia e arquitetura. Além disso,

é o pivô de uma grande parceria entre órgãos governamentais brasileiros com a Marinha do Brasil, destacando Ministério da Defesa; Força Aérea Brasileira; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Relações Exteriores; e Ministério das Minas e Energia (MARINHA DO BRASIL, 2015).

Em termos de investimentos em programas antárticos, o Brasil não figura entre os maiores. Quanto à produção de documentos científicos, foi classificado em 21º lugar, considerando-se o período de 1992 a 2010. Após a assinatura do Protocolo do Meio Ambiente de Madri, apresentou leve melhora na produção de conhecimentos em relação ao período anterior, porém ainda se encontra abaixo da média geral de trabalhos apresentados (BRADY, 2013; DUDENEY; WALTON, 2012).

4.3 A Rússia

A Rússia atual possui sua política externa focada no aumento de sua influência geopolítica global e continuado crescimento econômico. Recentemente, está envolvida em disputa com o Ucrânia, após a ocupação da Crimeia (CIA, 2015; IBGE, 2014).

Sobre sua geografia, possui área total de 17.098.242 km², sendo o maior país do planeta. Possui como principais recursos naturais as grandes reservas de óleo, gás natural e carvão, muitos minerais estratégicos, raros elementos terrestres e madeira. Com relação aos recursos hídricos, é o país com a segunda maior reserva de água doce, com destaque para o Lago *Baikal* (CIA, 2015; IBGE, 2014). Quanto ao petróleo, possui hoje reservas provadas de 14,1 bilhões de toneladas, sendo o sexto colocado geral (BRITISH PETROLEUM COMPANY, 2015).

A população russa é da ordem de 142 milhões de pessoas, a décima maior do mundo. Seu PIB é o sétimo do planeta. Na economia mundial, é o décimo em exportação

(valendo citar o petróleo, produtos do petróleo, gás natural, metais, madeira, produtos de madeira, produtos químicos e uma grande variedade de itens civis e militares) e o 19º em importação (ressaltando o maquinário, veículos, produtos farmacêuticos, plástico, produtos de metal semiacabados, carnes, frutas e nozes, instrumentos óticos e médicos, ferro e aço). Em termos de produção mundial de energia, é o quarto em energia elétrica, o terceiro em óleo cru (petróleo), o quarto em derivados do petróleo e o segundo em gás natural (CIA, 2015; IBGE, 2014).

4.4 O Programa Antártico Russo

Desde o século XIX, a Rússia desenvolve estudos em regiões polares. Inicialmente, o interesse recaiu sobre o Ártico, fato evidenciado em sua ativa participação no Primeiro e no Segundo Ano Polar Internacional (BRADY, 2013).

Nesse contexto, foi criado o embrião do atual Instituto de Pesquisa Ártica e Antártica (*Arctic and Antarctic Research Institute – AARI*, em inglês), maior e mais antigo instituto russo de estudos em regiões polares. Sua história começou em 1920 e evoluiu até a denominação vigente, motivada pela participação russa no Ano Geofísico Internacional (ou Terceiro Ano Polar Internacional) e a consequente assinatura do Tratado da Antártica (AARI, 2005).

Após cerca de 125 anos de hiato, a contar da expedição do Capitão Fabian Gottlieb Thaddeus von Bellingshausen (1778-1852) ao Continente Antártico, os russos voltaram com a esquadra baleeira *Slava*, em 1946, despertando o interesse pela região. Nos anos seguintes, motivada pela Guerra Fria, a Rússia estabeleceu diversas estações e bases de campo direcionadas à causa científica (BRADY, 2013).

A pesquisa na Antártica foi financiada por usinas e fábricas soviéticas, e os conteúdos dos programas científicos formulados pelos Institutos de Pesquisa. A maioria das

Repúblicas Socialistas Soviéticas participaram das expedições, exceto duas, a Estônia e o Tajik (atual República do Tajiquistão), que mantiveram seus interesses específicos nos lagos e nas regiões alpinas, respectivamente, por conta de suas características geográficas (BRADY, 2013).

Em 1991, quando da separação das repúblicas componentes da ex-URSS, houve significativa redução do orçamento destinado ao programa antártico, porém as pesquisas não foram interrompidas e nem houve perda dos resultados obtidos durante anos. A Rússia assumiu a responsabilidade por toda a infraestrutura antártica, incluindo suas estações, bases e meios de locomoção (BRADY, 2013).

Algumas das repúblicas dissidentes da ex-URSS se organizaram na Comunidade de Estados Independentes (CEI). Quanto ao prosseguimento do programa antártico, foi firmado um acordo entre alguns países da CEI (Rússia, Ucrânia, Belarus, Azerbaijão, Cazaquistão e Tajiquistão) e a Estônia (BRADY, 2013).

A Rússia possui mais que um interesse acadêmico nas regiões polares. A sua vasta costa norte confronta diretamente com o Oceano Ártico, conferindo-lhe *status* de um “Estado Polar” e lhe imprimindo significativas responsabilidades estratégicas, econômicas, políticas, científicas e de segurança nacional. De acordo com o governo russo, a sua região ártica (incluindo o mar territorial) supera 6 milhões de km², o que lhe permite o desenvolvimento e a manutenção de institutos, pessoal habilitado e capacidade logística para atuação em ambientes polares. No caso da região polar sul, o governo russo observa a Antártica como componente essencial na política externa das potências mundiais. Por isso, mantém efetiva presença no continente, com operações contínuas, a fim de defender seus interesses geopolíticos e sua qualidade de potência (BRADY, 2013).

Em meados da década de 1990, no governo de Boris Yeltsin, a situação russa ficou crítica quanto aos recursos econômicos disponibilizados para o programa antártico, o que resultou em falta de reparos nos navios polares, na dificuldade de ressuprimento e no abandono

de alguns projetos. Durante o período, algumas bases foram fechadas e a quantidade de pessoal reduzida (BRADY, 2013).

A partir de 2001, com base na melhora das condições do país e com a eleição de Vladimir Putin, o governo teve o respaldo necessário para dar maior atenção à região polar sul. Foi o momento de consolidar a presença russa na Antártica, observando as obrigações assumidas no Protocolo do Meio Ambiente de Madri, ampliando e modernizando a infraestrutura e a logística afetos ao programa como um todo. Outro motivador foi a realização do Quarto Ano Polar Internacional em 2007-2008, quando a Rússia buscou uma melhor e mais efetiva coordenação entre as academias científicas e os setores governamentais envolvidos, além de ter planejado e executado, previamente ao fórum, uma expedição ao Polo sul. A partir de 2010, começou a ser implementada uma estratégia russa buscando reestabelecer sua posição de líder mundial em pesquisas antárticas, com prazo final em 2025. Sob esse enfoque, foram identificadas falhas em alguns campos de pesquisa, demandando maior aporte de recursos para o programa antártico (BRADY, 2013).

Atualmente, a Rússia mantém cinco estações permanentemente guarnecidas e quatro bases de campo, sendo duas delas reabertas em 2008. É interessante mencionar que todas as estações e bases estão localizadas em territórios reivindicados por outros países. O único setor reivindicado que não possui estação ou base russa é o francês (BRADY, 2013).

As cinco estações permanentes são: *Mirny* (aberta em 1956 e localizada no setor australiano), *Vostok* (aberta em 1957 e localizada no setor australiano, próxima ao Lago *Vostok*), *Novolazerevskaya* (aberta em 1961 e localizada no setor norueguês), *Bellingshausen* (aberta em 1968 e localizada na sobreposição dos setores britânico-argentino-chileno) e *Progress* (aberta em 1988 e localizada no setor australiano). As quatro bases de campo são: *Molodezhnaya* (aberta em 1962 e localizada no setor australiano), *Druzhnaya* (reaberta em 1995 e localizada no setor australiano), *Leningradskaya* (reaberta em 2008 e localizada no setor

neozelandês) e *Russkaya* (reaberta em 2008 e localizada no setor não reivindicado por nenhum país). A maioria das estações permanentes estão localizadas no setor australiano, cujo governo teme a perda de influência no setor. Por outro lado, a Austrália pode economizar recursos, em caso de cooperação logística entre os dois países (BRADY, 2013).

A distribuição das estações e bases russas no Continente Antártico (vide Apêndice A) permite que ela não apenas conduza pesquisas científicas em diferentes áreas, mas também tenha potencial influência em caso de alguma tentativa de extensão de soberania por parte de outros países na região. A Rússia, bem como os EUA, tem a política de não reconhecer os setores reivindicados pelos demais países na Antártica e tem condições de arguir as áreas que estão efetivamente ocupadas (BRADY, 2013).

A Rússia não mantém sua efetiva ocupação apenas por uma rede de estações permanentes e bases de campo, mas por regulares viagens de dois navios de apoio, o *Akademic Fedorov* e o *Akademic Karpinsky*, que conduzem na região pesquisas oceanográficas, geológicas e geofísicas. São realizados também voos e outras travessias (BRADY, 2013). Em meados deste ano, a Marinha russa anunciou a sua primeira expedição oficial à Antártica em mais de trinta anos. Apesar do caráter militar, foi assegurado pelo Ministério da Defesa russo que a iniciativa é de cunho científico e voltada para a atualização de cartas náuticas, bem como adestramento de seus navios para operações em águas congeladas e perigosas (EGN, 2015).

Quanto aos demais países da CEI participantes de programas antárticos, a Ucrânia manteve suas pesquisas na Estação Britânica *Faraday*, que lhe foi transferida em 1995 e passou a se chamar *Akademic Vernandsky*. Belarus manteve seus anseios e investiu na cooperação e infraestrutura. Em 2007, com o acordo firmado para a União da Rússia e Belarus, começou a participar das expedições do *Akademic Fedorov* e utilizar a Base de campo *Gora Vechernyaya*, próxima da Base de Campo russa *Molodezhnaya*. O Azerbaijão realizou expedição à Antártica, onde encontrou apoio da Estação Chilena *Arturo Prat*, onde realizou diversas observações. Na

sequência, em 2009, atingiu o Polo Sul com uma expedição a pé, sendo a primeira efetuada por países islâmicos e componentes da CEI. O Tajiquistão não teve participação significativa e renovou seu interesse antártico em 2009, compondo uma expedição russa na Estação *Mirny* com apenas um cientista. O Cazaquistão, assim como o Tajiquistão, mostrou uma singela participação de dois cientistas, em cooperação com a Rússia (BRADY, 2013).

A Estônia prosseguiu em seus interesses antárticos, buscando integração na Europa Ocidental, em vez da CEI. Seus maiores feitos continuaram aqueles realizados antes da separação da ex-URSS, ocorrida em 1991 (BRADY, 2013).

Em termos de investimentos em programas antárticos, a Rússia é considerada como o quarto maior investidor, perdendo apenas para os EUA, Austrália e Reino Unido. Quanto à produção de conhecimentos científicos foi classificada em décimo lugar, considerando-se o período de 1992 a 2010. Após a assinatura do Protocolo do Meio Ambiente de Madri, demonstrou um grande salto na produção de conhecimentos, ficando acima da média global de trabalhos apresentados (BRADY, 2013; DUDENEY; WALTON, 2012).

4.5 Considerações

O Brasil e a Rússia são grandes países, sob diversos aspectos, tais como área total, população, recursos disponíveis, entre outros. Além disso, em relação aos demais, apresentam boas posições econômicas e podem ser considerados como parceiros cobiçados no sistema internacional.

Quanto aos seus programas antárticos, os dois apresentam divergências. O Brasil tem um programa relativamente recente e pequeno, composto basicamente por uma estação permanente, que se encontra em reconstrução devido à ocorrência de um sinistro, e dois navios de apoio. Seus investimentos governamentais não são tão significativos e a quantidade de pesquisas produzidas está abaixo da média geral. Por outro lado, a Rússia tem um programa

bem mais antigo e robusto, uma vez que conta com cinco estações permanentes, quatro bases de campo e dois navios de apoio, resultando em uma influência maior e em diferentes setores do continente gelado. Além disso, foi anunciado que a Marinha russa fará uma expedição científica à região, a fim de atualizar cartas náuticas e adestrar seus navios em operações naquele tipo de ambiente. Seus investimentos governamentais são consideráveis, a ponto de ser o quarto maior dentre os países presentes na Antártica. Em documentos científicos produzidos, a Rússia está em décimo lugar, apresentando um salto comparativo entre o antes e o depois da assinatura do Protocolo do Meio Ambiente de Madri.

Essas diferenças são frutos das ações políticas governamentais e da importância da região visualizada por cada país. Tais aspectos, com certeza, terão pesos diversos no futuro, quando forem decididos os novos rumos do Continente Antártico, finda a vigência do Protocolo do Meio Ambiente de Madri.

Demonstrados os principais aspectos econômicos, os interesses e os programas antárticos do Brasil e da Rússia, a conclusão a seguir integrará os conhecimentos obtidos, respondendo aos questionamentos iniciais propostos.

5 CONCLUSÃO

O Continente Antártico possui grandes dimensões e é classificado como sexto em área total no planeta. Suas características peculiares e inóspitas o qualificam como a última fronteira ao avanço do homem, que não abre mão de realizar estudos locais para melhor conhecer e entender suas relações com o resto do mundo. Além dos efeitos climáticos, a Antártica é possuidora de riquezas minerais cobiçadas por vários países, dada a sua derivação do supercontinente de Gondwana e de milhões de anos de evolução. Em relação à água, tem-se que possui cerca de 70% da água doce de todo o planeta, quantidade significativa em um mundo que vive conflitos por este bem e que possui regiões totalmente desabastecidas.

Historicamente, a Antártica foi alcançada por expedições com variadas origens e motivos, sejam elas expansionistas, científicas, exploratórias ou militares. Pelo viés científico, ocorreram quatro grandes eventos de estudos cooperativos, denominados Anos Polares Internacionais, cujos resultados foram difundidos posteriormente. A fim de evitar uma escalada da crise de interesses e o recrudescimento de relações entre países, após a Segunda Guerra Mundial, foi criado o Tratado da Antártica em 1959, seguido pelo Protocolo do Meio Ambiente de Madri em 1991. Em ambos os acordos, os países signatários se comprometeram pela proteção ambiental, pesquisa científica, cooperação e vedação dos fins militares na região, até as próximas deliberações previstas para 2048. Esses dois marcos jurídicos definem a Antártica como área internacional, ou seja, sem administração direta de nenhum país, e regulam a licitude das atividades locais. Seguindo outra ótica, o continente possui uma posição de valor, haja vista que suas águas periféricas se comunicam com os principais e maiores oceanos do planeta, e se constituem como importantes rotas de navegação. A “corrida” dos países na região demonstra o caráter estratégico e a cobiça das grandes potências pelo continente gelado.

Não é de hoje que os Estados mantêm relações entre si. Eles o fazem na busca pela realização dos seus interesses nacionais, que por vezes são conflitantes. Diversos autores, ao longo dos tempos, criaram modelos para entender o sistema internacional e como os Estados deveriam se relacionar, afluindo o chamado “Realismo Político”. Esse modelo, considerado como dominante no cenário externo, baseia-se no poder de cada um, ou seja, na soma das capacidades políticas, militares, econômicas e tecnológicas, e na defesa dos interesses nacionais, como forma de sobrevivência em um sistema anárquico, em que não há autoridade suprema. Internamente aos Estados, desenvolveram-se os pensamentos geopolíticos, que traduzem o uso das características individuais em apoio à política, na busca pelos interesses nacionais. Analisando os pensamentos do Brasil e da Rússia, observa-se algumas diferenças, principalmente, fruto das suas respectivas evoluções históricas e participação em conflitos. Os principais geopolíticos brasileiros focaram a manutenção e o progresso do espaço intrafronteiras, seguindo-se de uma expansão de influência externa no seu entorno estratégico, que hoje inclui a Antártica. Toda projeção internacional está baseada em métodos pacíficos, de acordo com os princípios instituídos pela Constituição Federal vigente. Por outro lado, a geopolítica russa se dividiu em diferentes posturas e teve seu rumo direcionado para o lado “expansionista”, no qual a Rússia tem que ser o centro da Eurásia e controlar o mundo. O atual governo russo está devidamente alinhado com tal pensamento.

Brasil e Rússia são dois gigantes mundiais, sob diversos aspectos. Ambos têm boas condições econômicas, disponibilidade de recursos minerais, água doce abundante e significativa produção de energia, o que os define como parceiros cobiçados no sistema internacional. Os respectivos programas antárticos apresentam certas diferenças, quanto aos meios e recursos disponíveis. O Brasil possui uma estação e dois navios de apoio. Suas pesquisas, em número de documentos científicos expedidos, sempre estiveram abaixo da média geral dos países que desenvolvem pesquisas na região. O principal interesse brasileiro é se fazer

presente na comunidade científica atuante, para poder opinar nas decisões sobre a Antártica, devido à sua proximidade e influência geográfica, estratégica e econômica. A Rússia possui um programa mais antigo e robusto, em comparação com o brasileiro. Conta com cinco estações permanentes, quatro bases de apoio e dois navios polares. Suas pesquisas são desenvolvidas em diferentes posições, abrangendo a maioria dos setores reivindicados na comunidade internacional. Possui o quarto maior investimento dentre os países que estudam o continente e registrou um salto na produção de documentos científicos após a assinatura do Protocolo do Meio Ambiente de Madri, obtendo a décima colocação. O interesse russo vai além da simples participação acadêmica. Com uma experiência anterior obtida no Ártico e apesar da distância, mantém efetiva presença na Antártica, a fim de defender seus interesses e manter sua influência como potência mundial. Ela não reconhece, no continente gelado, qualquer reivindicação setorial de outros países.

Ante o exposto, é possível traçar algumas perspectivas do Brasil e da Rússia para o Continente Antártico nos próximos anos. No que diz respeito à disponibilidade de recursos, ambos deverão se manter confortáveis, independente de um cenário de escassez que possa ser vivido por outros países. Sob o viés político e geopolítico, não deverá ocorrer mudanças significativas, devido à solidez e continuidade das atuais posturas de cada Estado. Quanto ao campo científico, o Brasil buscará recuperar sua capacidade de pesquisa, reduzida pelo sinistro ocorrido na sua estação, enquanto a Rússia investirá na ampliação de sua capacidade de pesquisa, inclusive com a participação de sua Marinha de Guerra em expedições, demonstrando cada vez mais poder e influência naquele ambiente a qualquer tempo. Dessa forma, é factível que o Brasil e a Rússia optarão pela manutenção do atual *status* de internacionalização e de proteção da Antártica, nas deliberações a serem realizadas em 2048, por ocasião da revisão do Protocolo do Meio Ambiente de Madri.

REFERÊNCIAS

- ARTIC AND ANTARCTIC RESEARCH INSTITUTE (AARI). **Historical Review**. Atualizado em 2005. Disponível em: <http://www.aari.nw.ru/index_en.html>. Acesso em: 10 Abr. 2015.
- BARR, S.; LÜDECKE, C. **The history of the International Polar Years (IPYs)**. New York: Springer-Verlag, 2010.
- BEDIN, G. A.; OLIVEIRA, O. M.; JUNIOR, R. B. S.; MIYAMOTO, S. **Paradigmas das relações internacionais**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2004.
- BRADY, Anne-Marie. **The emerging politics of Antarctic**. London: Routledge, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 Fev. 2015.
- _____. Escola de Guerra Naval (EGN). Centro de Estudos Político-Estratégicos. **Boletim Geocorrente n° 16**. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>. Acesso em: 26 Jun. 2015.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brazil, Russia, India, China, South Africa (BRICS): joint statistical publication: 2014**. Rio de Janeiro, IBGE, 2014.
- _____. Marinha do Brasil. **Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR**. Atualizado em 2014. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/proantar.html>>. Acesso em: 26 Mai. 2015.
- BRITISH PETROLEUM COMPANY. **BP Statistical Review of World Energy – 64th Edition**. Disponível em: <<http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Energy-economics/statistical-review-2015/bp-statistical-review-of-world-energy-2015-full-report.pdf>>. Acesso em: 26 Jun. 2015.
- CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- DUDENEY, J. R.; WALTON, D. W. H. **Leadership in politics and science within the Antarctic Treaty**. Atualizado em 2012. Disponível em: <<http://www.polarresearch.net/index.php/polar/article/view/11075>>. Acesso em: 31 Mai. 2015.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). **The World Factbook**. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos>>. Acesso em: 30 Mai. 2015.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

MATTOS, Leonardo Faria de. **A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro**. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, 2014.

_____. **O Brasil e a adesão ao Tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

MIYAMOTO, Shigenoli. **Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para a sua avaliação**. São Paulo: Perspectivas, 1981.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2005.

RABASSA, J.; OLLIER, C. **Gondwana landscapes in Southern South America: Argentina, Uruguay and Southern Brazil**. New York: Springer-Verlag, 2014.

SANTOS, Eduardo Eugenio Silvestre dos. **A geopolítica russa: de Pedro “O Grande” a Putin, a Guerra Fria, o Eurasianismo e os recursos energéticos**. Lisboa: Revista Militar nº 2473/2474, 2008.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SECRETARIADO DO TRATADO DA ANTÁRTICA. **Parties**. Atualizado em 2011. Disponível em: <http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e>. Acesso em: 07 Jun. 2015.

TEIXEIRA, José Achilles Abreu Jorge. **O pensamento geopolítico da Rússia no início do século XXI e a geopolítica clássica**. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, 2009.

VIEIRA, Friederick Brum. **O Tratado da Antártica: perspectivas territorialista e internacionalista**. São Paulo: Cadernos PROLAM/USP (Ano 5 - Volume 2), 2006.

ANEXO A – TEORIA DA DEFRONTAÇÃO



Fonte: CASTRO, 1976.

APÊNDICE A – ESTAÇÕES PERMANENTES E BASES DE CAMPO RUSSOS NO CONTINENTE ANTÁRTICO



Fontes: AARI, 2005; CIA, 2015. O autor realizou modificações com a inserção da bandeira da Rússia ao lado de suas Estações de Pesquisa e Bases de Campo.